ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 16/2025

(Plenária Presencial)

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**; Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários;** Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Natália Laurindo, **AHMI**; João Batista Machado da Rocha**, Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Francyne da Rosa, **CEMME**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Francine Bays Zucatti, **Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; Sônia Silvestrin e Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; Edemar Sarnagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;** e Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV.**

DEMAIS PRESENTES:

Representantes do Fórum de Entidades; Denise Muzel e Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Boa tarde, pessoal. Agora, no primeiro momento, nós temos a presença do pessoal do Fórum de Entidades, que ainda está chegando, e também algumas instituições, tanto da educação quanto da assistência, que vieram fazer uma composição e uma fala para nós sobre o recurso do FUNCRIANÇA, em que eu já falei na semana passada para nós um pouquinho, mas só para a gente recuperar a memória. Vamos começar desde o início, né? Quando a Prefeitura pegou e nós começamos junto com o Fórum a conversar sobre o aumento das instituições, aumento de dissídio, a Prefeitura já sinalizou que não tinha o recurso. Quando ele sinalizou que não tinha o recurso, a Prefeitura olhou para o COMUI e falou que uma parte do recurso que seria aportado para os idosos poderia não ser aportado, se a gente conseguisse fazer uma composição com o COMUI, e esse recurso viria também para o valor de dissídio para criança, adolescente e idosos. Quando a gente saiu lá daquela reunião, nós saímos balançados, porque, como eu já disse, a gente entende, na verdade, que ambos são prioritários, né? Tanto a criança é prioritária, quanto o idoso é prioritário. Então, a gente entende de que não pode ser retirado o valor de um idoso para colocar no valor da criança, e vice-versa também não. Então, a gente conversou com vocês lá naquele momento de construção, que a gente poderia colocar um recurso do CMDCA/FUNCRIANÇA para compor, então, um recurso para crianças e adolescentes. E tinha na nossa vontade também em fazer um recurso maior, ou um aporte, ou um edital, alguma coisa nessa linha, para a assistência propriamente dita, que seria um recorte para o serviço de convivência de 06 a 14, que estava com a meta no valor de 320, 370, né? Que é muito abaixo de qualquer outro valor de meta da cidade, que trabalha com criança e adolescente. E por isso também tinha várias instituições que estavam entregando os seus

serviços, e a gente sabe o quão importante é e quanta falta faz o serviço de convivência. Nisso, a gente teve muitas conversas com a Prefeitura e fechamos, daí, então, no valor de inicial para este ano 6 milhões, que daí seria o aporte para fechar os 5.06, né? Específico para crianças e adolescentes, esse recorte. E aí o idoso aportaria para o idoso e o público adulto ficaria com a prefeitura. E, para o ano que vem, daí, então... Não, ao contrário. São 3 milhões para este ano e 6 milhões, então, para o aporte da qualificação do serviço de convivência, e mais o ano que vem, 3 milhões aí para continuar com o aporte para o serviço de convivência, e a Prefeitura colocaria mais 3 milhões, né? Então, do CMDCA, do fundo, sairia no total de 12 milhões, tá? Em dois anos, que daí seria, em 2027, assumido totalmente pela Prefeitura. Com isso tudo que eu fiz essa fala, algumas instituições da educação infantil e algumas instituições da assistência fizeram provocações ao Conselho, tanto por e-mail, ofício e a partir de reuniões também, para que a gente pudesse ver os demais recursos que ficaram ainda no fundo. É sabido por nós que o último edital foi lá em 2022, que também nós estamos com bastante dificuldade de lançar edital, por todas as compreensões que a gente já fez, né? E, hoje seria uma forma mais rápida e prática passar os recursos para as secretarias, para chegar nas instituições de forma pontual, não da mesma forma da assistência, que vai ser por 12 ou 24 meses, mas de forma pontual. Então, na semana passada, a gente já conversou aqui que o Conselho não tem problema de passar o recurso. A gente teria que ver, na verdade, é como passar este recurso e, principalmente, que é para todos os serviços em que não foram beneficiados até agora, né? Então, acho que só para a gente trazer um parâmetro maior assim e a gente ter um ponto de partida para a gente poder estar conversando, tá? Alguém quer falar? **André Seixas, Associação Amigos da Restinga:** Boa tarde a todos. Alguns já me conhecem, outros não. Eu sou o André, da Associação Amigos da Restinga. Quando sai resolução para a assistência, com um valor de 12 milhões, algumas instituições começaram a se questionar porque 12 milhões para 8.500 crianças e adolescentes, que é o SASE. Enquanto a educação infantil tem 21.630 hoje, e parcerizadas são 222 escolas. A gente sabe que os editais anteriores, o último edital em 2021, que até 2024, eu não sei nem se tem alguma entidade que acabou não recebendo. Então, nós estamos no mínimo há 4 anos sem ter edital. A gente sabe toda a problemática, mas a gente sabe que tem muitas cidades no Brasil que estão fazendo edital. E que se está fazendo lá e se foi aprovado lá, nós podemos que pedir equiparação aqui. Então, as entidades da educação infantil falaram com o Fórum, falaram com o Fórum Temático, e a gente fez uma reunião presencial, que eu acho que tinha umas 80 entidades ali, mais ou menos isso. E nós

reivindicamos 18 milhões para a educação infantil. Até porque eram as informações de 30 milhões já no ano passado, isso sobrando, fora aquelas que têm aporte para quem tem projeto que tem o seu dinheiro fixo. Para que fosse destinado para construção, reforma e qualificação todas as escolas parcerizadas do Município, que hoje são 222. Que dá esse total de quase 22.000 crianças. Fizemos a reunião com as entidades e pedimos para que a Carol encaminhasse para cá. Foi tirada uma comissão, que são, acho que oito membros, para que a gente acompanhasse junto com o Fórum a negociação com o CMDCA, que o CMDCA fizesse uma resolução repassando o dinheiro para educação infantil. Porque se 8.500 crianças receberam 12 milhões, e a gente entende que é em dois anos, como é que 22.000 crianças de 0 a 6 anos não vão receber nada ou vão receber pouco? E tem, inclusive, essa questão do governo. Essa coisa que a FASC não tem dinheiro, que a educação não tem dinheiro, isso é de Matusalém. Isso é o bê-á-bá da coisa deste Conselho e sempre foi um problema e vai continuar sendo um problema deste governo e de qualquer governo da Prefeitura. Nós não podemos cair nessa história que sempre foi feito dessa forma. A FASC não tem dinheiro, a assistência não tem dinheiro, a FASC não tem dinheiro. Bom, mas nós não podemos entrar nesse mérito. Cabe ao governo, cabe às entidades, cabe toda a conjuntura para que as entidades entrem. E parar o serviço? O serviço não para. Bom, mas isso são coisas que a gente tem que fazer no movimento. Pedimos para a Carol encaminhar para vocês. Ontem, a Carol trouxe alguma fala que não são 18 milhões, que são 13 milhões, que possivelmente dos 13 milhões seriam 70% para educação e 60% para educação infantil. A gente fez várias falas. Tem uma fala inicial do Vereador Fleck, que foi na nossa reunião, que falou com o secretário, o secretário fala de que vê com bons olhos isso, de querer botar dinheiro nas 12 horas. Uma coisa que já foi rechaçada pela grande maioria, porque financeiramente não compensa. Nós vamos levar mais, dependendo da agilidade do Conselho, dependendo dentro do governo, 2, 3, 4 meses para efetivar o pagamento. Até tu fazer plano de trabalho e tudo, né, isso vai acabar no final do ano ou perto lá de outubro, novembro. Então, na prática, tu não vai ter 2, 3 meses só de 12 horas. E aí tu vai pegar o teu dinheiro para pagar 2, 3 meses e depois o governo vai continuar ou não? O Prefeito Melo faz lá no Fórum algumas falas que talvez tenha, talvez não tenha, não dá a garantia de que é um inicial. E precisa a gente fazer aqui, um recorte na questão do dia 5 de janeiro, que a secretária era, na época que veio as 12 horas, no dia 5 de janeiro, foi uma reunião virtual, todo mundo de férias, e a Secretária Janaína propõe 12 horas para algumas entidades. Deu um rebuliço total e que o Fórum das Entidades da época, eu era membro,

inclusive saí por causa disso, começou a dizer que isso era ruim. Primeiro, porque criança não tem que ficar até tarde nas escolas, tem que estar com a família. E depois que isso ia ser ruim para o sistema, que depois uma escola de 116 crianças, nós íamos gastar R$ 1.800 para comida, que não era verdade. Bom, toda uma tentativa. E aí, pelo encaminhamento, só 48 escolas se credenciaram na primeira leva. Como é que surgem 54, para quem não conhece a história? Porque na época, a Secretária Janaína estava na SMED, ela determina que as escolas que tivessem aumento de metas, independente se foi 1, 2, 3, 20, 30, 40 crianças, essas também passariam para 12 horas. Nós temos um exemplo clássico da Escola Desenvolvimento Saber da Restinga. Ela não queria as 12 horas, ela aumentou três crianças e acabou recebendo. E entrou nas 54. Bom, e depois disso, pagaram 54, depois ela abre uma segunda leva, e aí ficou aquela discussão se é bom ou não é ruim. E aí se estendeu. E já não tinha dinheiro para todo mundo. Então, a gente acha, inclusive, que essa coisa de pagar 12 horas, nenhuma entidade vai sair lucrando por 2, 3 meses. Vai botar o dinheiro fora, que onde tu pode construir para quem pode construir, reformar para quem precisa e qualificar, entra, da compra de um ar condicionado ao fogão, de uma pintura a uma troca de piso. Entra tudo. Esta frase é a frase mais geral que é usada inclusive no Orçamento Participativo quando tu demanda na educação. Porque ela se encaixa para qualquer pedido teu. Então, ela é a nossa proposta para vocês. Todos os editais que foram feitos pelo CMDCA, eu não me recordo bem do último, sempre teve aquela coisa: olha, abrigagem ou acolhimento é tantos por cento, o SARA era tanto, o SASE era tanto. Bom, a educação infantil sempre acabou ficando com uma das menores cotas possíveis. Só que é a que tem o maior número. Hoje 22.000. Então, a reivindicação das entidades de educação infantil é que o recurso venha para este. E a gente não é contra que tenham os outros programas, as outras necessidades, sim. Mas no momento que nós caímos no papo do governo, que a gente tem que dar um caminhão de dinheiro para que o SASE possa ter o seu aumento, e isso é antigo, sempre foi assim. Falta nós pressionarmos para o governo dar o aumento. A educação infantil fica com uma cota pequena, porque as escolas, quem tem 12 horas está um pouco melhor, mas quem não tem está muito caído. E não existe dinheiro suficiente para pintar, para reformar, não existe para nada. Tem escolas que podem estar um pouquinho melhor e outras escolas que estão caídas. E se precisa o dinheiro que está no fundo, vamos botar adiante. Agora, essa divisão é totalmente injusta. Se nós ficarmos na questão se o governo tem ou vai pagar aumento para alguém, bom, aí a discussão sempre vai ter, no ano que vem não vai mudar de novo. Porque se o ano que vem a educação tiver mais 5%, ou 10%,

ou outros programas tenham, os aumentos pré-definidos agora vão estar defasados. E só o dinheiro que foi agora não vai dar. E aí o ano que vem vai dar aumento de novo. Então, vai ser defasado. Então, a nossa reivindicação, enquanto educação infantil, é que o maior número possível, o maior valor possível, vá para a educação infantil. Nós entendemos... E a Carol ontem expôs que tem ali uma prestação de contas. Eu quero dizer que eu não vi ela e não acredito nela. Não acredito nela! E a tratativa de tentar engessar este Conselho sempre foi, Frei. O senhor foi Presidente, sempre foi tentar engessar, sempre foi para dificultar, sempre foi a demora para pagar. Então, por que fica o dinheiro no caixa único. Fica! Entendeu? Fica parado um dinheiro. E a gente tem o companheiro Pastorini, que foi muito tempo deste Conselho, e o Pastorini sempre disse: "Nunca vai aparecer a real prestação". Então, eu quero dizer assim, a educação infantil está solicitando, requisitando que este Conselho repasse o maior valor possível para que as escolas possam ter o seu atendimento normalizado e qualificar ele. É isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ontem também nós aumentamos ou ampliamos, a comissão com outros serviços, além da educação infantil, tá? Para que a gente pudesse ter essa escuta, acho que um pouco mais qualificada também, para a gente poder olhar todos os demais serviços, tá? André, até fui olhar agora quando que foi o último edital. Ele foi aprovado em março de 2022. Está na resolução lá. E aí só para a gente poder, tipo assim, eu fiquei na dúvida mesmo se era 21 ou 22. De qualquer forma, ainda faz muito tempo, né? Mas só para a gente ver. E hoje também, nas 12 horas, pelo último levantamento da SMED, estavam em 78 escolas. Porque daí teve chamada um, chamada dois, chamada, né? A última leva é das 54, tá? Frei. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria fazer só um contraponto, André, não é questão, eu acho, talvez de nós, como conselho, colocar uma política contra a outra, da criança. Eu posso afirmar que eu acompanhei todos, nos últimos 30 anos, toda a luta da infância. Talvez a política que mais cresceu na cidade, pela força, pelo número de crianças, número de instituições, foi a educação infantil. Eu sei porque eu participei de peleias, discussões, e tanto que hoje está um valor, e a gente pode falar, muito superior, o dobro e mais um pouco do que era a política da assistência social. Não foi por acaso que o conselho, e por uma, uma atenção a partir de um diagnóstico que nós estamos fazendo, hoje inclusive a saúde vai apresentar para nós, para a gente poder atender. O critério sempre é atender toda criança, mas aquela que é mais vulnerável, que é mais frágil, ela precisa ter um olhar da cidade diferenciado. Hoje, o valor do serviço de convivência estava, em

algumas, variava um pouco de uma instituição para a outra, conforme o tempo, por criança para atender. Está certo vocês dizerem que não é o dia todo, mas são crianças maiores. A gente gasta mais alimentação, a depredação do espaço físico, a manutenção, é muito maior, quem tem serviço de convivência, do que pelo nível. E outra coisa que eu já tenho colocado aqui no Conselho: a gente que atende os encaminhamentos do CRAS, o nível de complexidade dos atendimentos, ele é muito grande. Hoje tem várias crianças no limite daquela que está no acolhimento institucional e que às vezes está no nosso programa de convivência, é uma distância muito curta. E se a gente não cuidar, nós vamos, já é um número elevado que nós temos de crianças hoje com custo para o município, que também é alto manter a rede de abrigos, são 800 e poucas crianças, né, o coordenador do Fórum, que é o João, né? Que era da coordenação, né, João? O Gerson que falou há pouco. Ali, o colega ali, né? Vocês são. É, toda essa realidade nos preocupa. Eu acho que aqui, André, escutando a demanda da educação infantil, que o Lino já tinha trazido pelo Fórum, nós vamos ter que juntar aqui o cruzamento e ver, mas não vai poder ser o valor que hoje talvez vocês pretendam que a gente vai conseguir. Nós não atendemos nem a adolescência e juventude, que tem, nós temos o trabalho educativo, metas mil e pouquinhas. Aprendizagem profissional, que há tempo nós estamos reivindicando, um conjunto de instituições que executam na periferia, não tem um sequer recurso. E a abrigagem também é um programa. Hoje tem instituições que têm dificuldades, têm muitas exigências que vêm do Ministério Público, Judiciário, de qualificar as estruturas. É, então, o Conselho se olhou hoje com um carinho pequeno, eu digo, porque o impacto vai ser ainda muito pequeno para o serviço de convivência. Não pensar que os 6 milhões, que é para ser esse ano, e 3 milhões ano que vem, porque daí 3 milhões a prefeitura já vai para o tesouro próprio, dá uma "cosquinha" de melhoria no serviço de convivência, que ainda vai ser a política a mais frágil e que atende crianças dentro das demandas na área da assistência, são as bem mais complicadas. Eu também sei que hoje tem o problema da educação infantil de crianças do espectro autista, atípicas. Ontem usaram outros termos lá, que vai evoluindo na, na compreensão. É desafiador. Eu acho que concordo que nós temos que fazer. Tanto que, para ter uma ideia, André, na reunião de negociação que nós tivemos aqui, Conselho e Fórum, foi sugerido que nós migrássemos do serviço de convivência para a educação infantil, para a educação integral, para aliviar as contas da assistência social. Esse é o jogo. De novo, né? Para tu dizer do tamanho da dificuldade que a gente tem. Eu estou colocando esse cenário para a gente colocar ele na discussão juntos, entendendo que tem escolas infantis que poderiam ser

ampliadas para poder atender crianças que não são atendidas próximas às escolas infantis. Tem, precisam algumas reformas. Mas nós vamos ter que olhar o recurso do Conselho, o que tem disponível para atender todas as políticas, ele é limitado. É isso aí. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Conselheiro, só para completar o número aqui, corrigir um número que está colocado. Hoje nós temos, mais ou menos, um pouco mais de 9.000 no serviço de convivência, de 6 a 14. E no trabalho educativo, nós temos 2.526 jovens. Então, é 9.000 e o outro 2.500, assim, a grosso modo. É 11.500 o total. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Não, acho que, como o Frei trouxe, acho que é legítimo o que a educação infantil traz, como é legítimo das outras políticas. O recurso, ele é baixo para atender a todos. Não se pode medir pelo número de atendidos, porque são pelas complexidades do trabalho. Eu acho que o André trouxe a memória, a gente já está no Conselho há um bom tempo, e essa briga com o poder público de um reequilíbrio financeiro, ele é necessário. Por exemplo, o acolhimento institucional é 24 horas. A guarda é do dirigente da instituição. É uma escala de um para um, praticamente, um profissional para cada criança atendida. Aí a gente pega aqui a Santa Rita, Menino Jesus de Praga, que têm os neurolesionados. Então, por isso que eu digo que não dá para ser pelo número de atendidos, mas pela complexidade do serviço. E esse, o próprio pacto federativo, ele traz essa dimensão de que para a assistência – é uma luta nossa da assistência – que tenha um valor carimbado, um percentual diferente do que tem para a educação hoje. Então, é algo que, acho que esse momento aqui, ele é importante porque nos fortalece enquanto Conselho na busca de recursos. Mas, ao mesmo tempo, é importante, como o Frei trouxe. Por exemplo, tem alguns serviços, está aqui a Rose, que é aprendizagem profissional, que não recebe um "pila furado" do governo. Nós temos que buscar, bater de porta em porta, e muitos empresários: "ó, vou aportar pela lei de incentivo lá". E nós não recebemos, às vezes, esse valor. Então, eu trago isso para que a gente possa pensar coletivamente. Se vai ter um edital, o edital, ele tem que pensar em todos os setores. Não é por esse valor que foi aportado pelo governo que os outros serviços ficarão de fora. É porque a gente, todos os outros são legítimos. A dimensão do serviço de convivência, como o Frei bem trouxe, é um serviço que hoje ele é extremamente essencial, mas ele está precarizado na cidade. E isso está reverberando num número maior de acolhidos. Porque antes se fechava casa de acolhimento, tem alguns colegas que são ex-conselheiros tutelares aqui, a gente vê o crescente hoje na rede de trabalho infantil. E a necessidade de ir direto para o acolhimento é todo dia chegando oficial de justiça

com uma criança para o acolhimento, que é 24 horas. E, por outro lado, a aprendizagem profissional, que reduziria essa dimensão, e hoje a gente não recebe nenhum valor. Então, esse reequilíbrio, ele se faz necessário entre todas as políticas, voltada para a educação infantil, a educação integral, que é uma constante hoje, que também passa pela SMED. Então, acho que esse pleito que vocês trazem da educação infantil é um pleito de todos nós. A gente busca que todos sejam contemplados. Todas são crianças e adolescentes dessa cidade. Em alguns momentos, por exemplo, nós atendemos escolas do município e atendemos o serviço de convivência. Às vezes, as crianças, elas estão num limite muito tênue para não ir para a alta complexidade do acolhimento. É algo assim, pela insegurança alimentar. E aí a dimensão do custo é extremamente elevada. Os profissionais hoje, que eu acho que é uma outra demanda gigantesca na área. Ontem foi falado naquela reunião a necessidade de capacitar os profissionais que hoje estão desqualificados. E, muitas vezes, tu contrata um profissional, ele não consegue fazer frente àquela alta complexidade. E há uma rotatividade. Então, uma necessidade hoje constante para que esses recursos também sejam revertidos para a qualificação profissional de toda uma rede, não só de reparos de estrutura, mas de qualificação profissional. Então, eu faço frente à minha fala justamente para trazer. Acho que a política da assistência com a educação, ela tem que ser olhada dentro de um reequilíbrio financeiro. E aí a gente tem que pesar que hoje a educação, ela está com um poder maior da assistência, em termos de recursos, até pelo pacto federativo do percentual que vai para a educação. Então, se vai haver um novo edital ou um novo pensamento, o Conselho que está aqui, eu acho que é soberano nesse aspecto, mas tem que olhar a política de uma forma universal, e não pelo número de atendidos. Porque o número, claro, tu tem uma proporcionalidade que aí se faz diferenciação. Então, eu retomo de novo o acolhimento institucional. Quem é atendido na educação infantil, que seja 6 horas ou 12 horas, o acolhimento é 24 horas de domingo a domingo. Então, a gente teria que multiplicar essa carga horária para verificar quantos são atendidos para fechar uma dimensão equânime. E, de novo, a pauta pela aprendizagem profissional. Eu venho insistindo com o próprio governo que deveria ser uma política pública desse município, desse estado, para redução também do trabalho infantil. **André Seixas, Associação Amigos da Restinga:** Eu só queria só fazer um aparte, que é o seguinte: só para, de novo, não é simplesmente comparar 22.000 com 8.000, 9.000. É que o ano que vem vai vir para a pauta desse Conselho que a FASC, o assistente social não terá recurso para o próximo aumento. Ela vai manter o acordo de agora, vai ter dinheiro para depois manter no terceiro

ano, em 27, o que foi acordado agora. Mas se tiver mais 5%, 6%, 7%, 10% pelo dissídio, para a convenção, o governo também, de novo, não vai ter. E aí, como é que vai pesar aqui no Conselho? De novo, nós, o Conselho vai ter que dizer por quê? Anualmente, historicamente, o governo não tem dinheiro para botar na FASC. Não tem dinheiro para botar na assistência. Então, vai ser eternamente ou o problema de que o governo não tem dinheiro para botar desse lado e tem dinheiro para botar aí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só que daí não, só um parêntese, mas aí não vai ter o dinheiro dentro do fundo. Porque o dinheiro que se juntou foi de três, quatro anos. Aí não vai ter o dinheiro, porque aí… É, mas aí não, aí não vai ser a fonte da salvação. Porque, de novo, desculpa, mas assim, ó, a gente é sabido que a prefeitura, lá nos primórdios até, e aí falam que os antigos aqui, lembram nos editais em que a prefeitura aportava um valor e nós aportávamos um valor. Aí chegou um momento em que a prefeitura disse: "Não tenho mais o valor". E aí parou de aportar, e aí a gente tinha que juntar dinheiro. Mas em 14, 15, acabou. Nunca mais aportou nenhum valor, né? E aí foi só com o recurso em que a gente fazia essa junção. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Não, só queria fazer essa parte. Acho que nisso a gente fecha. Está junto nessa, nesse mesmo pleito. Não é nada de agora. E eu trago também aqui para a gente refletir. Até a gente tem trabalhado ali com a Federação das Associações e Fundações do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de que, por exemplo, o fundo estadual, ele não destina para instituição.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.